

Revisionismo, Reforma e Revolução

Revisionism, Reform and Revolution

Ricardo Musse¹

RESUMO

Entre 1899 e 1906, Rosa Luxemburg altera radicalmente sua avaliação da estratégia política do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Na passagem do século, por ocasião de sua polêmica com Eduard Bernstein, cerrou fileiras com a ortodoxia, tornando-se uma espécie de porta-voz dessa vertente. Nas discussões sobre a oportunidade da transposição da Rússia para a Alemanha, da tática de manifestações de rua, ensaiada na Revolução de 1905, desloca-se para a ala esquerda do SPD. Nesse percurso, os livros “Reforma social ou revolução?” e “Greve de massas, partido e sindicatos”, ajudam a esclarecer teoricamente o que Rosa Luxemburg compreende por revisionismo, reforma e revolução.

Paravras-chave: Rosa Luxemburg. Eduard Bernstein. Revisionismo. Reforma. Revolução.

ABSTRACT

Between 1899 and 1906, Rosa Luxemburg changes radically her evaluation on the Social Democratic Party of Germany – SPD’s political strategy. In the turn of the century, upon her controversy with Eduard Bernstein, she embraced orthodoxy, becoming a sort of spokeswoman for this branch. In discussions about the opportunity to transpose from Russia to Germany the strategy of street protests, assayed in the Revolution of 1905, she moves to the left wing of the SPD. Along this trail, the books “Reform or Revolution?” and “The Mass Strike, the Political Party and the Trade Unions” help to theoretically clarify what Rosa Luxemburg understands as revisionism, reform and revolution.

Keywords: Rosa Luxemburg. Eduard Bernstein. Revisionism. Reform. Revolution.

INTRODUÇÃO

Parte da força e do impacto do “revisionismo” na passagem do século XIX ao XX deriva do fato de que não se tratava de mais um projeto de reformulação do marxismo, oriundo do campo burguês, mas de uma autocrítica levada adiante por um dos expoentes da Internacional Socialista. Integrado à social-democracia alemã desde 1872, discípulo e amigo

¹USP. E-mail: rmusse@usp.br

de Engels (que lhe legou seu testamento literário, isto é, a responsabilidade pela edição dos textos ainda inéditos seus e de Marx), o renome de Eduard Bernstein, a sua importância no processo de constituição de um marxismo autóctone, no âmbito da Segunda Internacional, exigiu um combate redobrado por parte da ortodoxia partidária, tarefa desempenhada, concomitantemente, por Karl Kautsky e Rosa Luxemburg, em duas séries de artigos (depois recolhidas em livro) simultâneas e independentes.

Apesar do sucesso do **Anti-Bernstein** de Karl Kautsky², comprovado por sua tradução imediata em diversos idiomas, a réplica às teses de Bernstein, exposta por Rosa Luxemburg, em **Reforma social ou revolução?** (1999), consagrou-se tanto entre os contemporâneos quanto perante a posteridade, como a mais ardorosa e competente refutação do “revisionismo”.

Recém-chegada à Alemanha e à vida partidária, após se doutorar na Suíça sob a orientação de Julius Wolf, com uma tese sobre o desenvolvimento industrial na Polônia³, Rosa Luxemburg demonstrou, nessa sua primeira intervenção, não só como se esperava, um profundo conhecimento do funcionamento da economia capitalista (contestando Bernstein num terreno em que era evidente sua fragilidade), mas também um insuspeito pendor teórico. Seu domínio da obra de Marx, a facilidade e a segurança com que aplica os princípios da doutrina aos diferentes casos específicos, aliados a um estilo marcado pela clareza e concisão (elementos decisivos numa polêmica), fizeram desse livro um sopro rejuvenescedor da ortodoxia marxista.

Escritos no calor da hora, quase ao mesmo tempo em que Bernstein redigia, os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia, os artigos de Rosa Luxemburg não se ocupam propriamente das premissas do marxismo submetidas, por Bernstein, ao exame e à revisão crítica. Apesar dessa recusa (pouco importa se deliberada ou não) em pautar a discussão em termos doutrinários ou exegéticos, o ponto mais destacado de *Reforma social ou revolução?* foi a determinação dos nexos que permitem conjugar um programa de reformas com a luta por objetivos revolucionários. A resolução que propôs para essa questão constitui um nítido esforço para recompor a fenda provocada no interior do marxismo pela separação completa entre esses dois procedimentos, gestada pela ação política reformista.

Procurando evitar as armadilhas do raciocínio abstrato que induziu Bernstein a desvincular reforma de revolução, “emancipação econômica” de “luta de classe política”, reposicionando-os como formas de combate distintas e até mesmo antagônicas, Rosa Luxemburg reconstituiu historicamente as modalidades de articulação entre essas duas táticas. Seja na ascensão da burguesia seja, de modo geral, na história das lutas de classe, a camada ascendente serviu-se

²Abreviatura pela qual ficou conhecida a coletânea *Bernstein und das sozial demokratische Programm. Eine Antikritik*.

³Para uma breve apresentação da trajetória política e intelectual de Rosa Luxemburg confira BADIA, Gilbert, 1991 ou então ARENDT, Hannah, 1987, p. 37-55.

sempre tanto da reforma (enquanto meio de se fortalecer) quanto da revolução (como forma de se apossar do poder político). Nessa perspectiva, a relação entre esses dois métodos de luta, longe de ser indiferente, configura um vínculo de complementaridade dialética. Trata-se, nas suas palavras, de “fatores diferentes do desenvolvimento da sociedade de classes, que condicionam e complementam um ao outro igualmente, porém, ao mesmo tempo, excluem-se, assim como, por exemplo, o polo Sul e o polo Norte, a burguesia e o proletariado” (LUXEMBURG, 2011c, p. 68).

A opção dos revisionistas por uma única alternativa, o descarte da estratégia revolucionária decorre, segundo Rosa Luxemburg, de uma avaliação que atribui à política de reformas um potencial de transformação social que ultrapassa em muito sua capacidade real. Isto porque, o conteúdo e o sentido das reformas são predeterminados pelo arcabouço legal, por uma constituição cujos delineamentos gerais normalmente apenas ratificam os princípios da revolução precedente:

O esforço pelas reformas não contém, em si, força motriz própria, independente da revolução; em cada período histórico ele apenas se movimenta sobre a linha, e pelo tempo em que permanece o efeito do pontapé que lhe foi dado na última revolução ou, dito de maneira concreta, apenas no quadro da forma social criada pela última transformação (LUXEMBURG, 2011c, p. 68).

Além disso, por mais bem-executada que seja ou por mais favoráveis que sejam as condições para sua implantação, essa política nunca levaria à supressão do capitalismo porque deixa intocada a base da desigualdade social própria do mundo burguês: o regime de assalariamento. Afinal, a dominação do capital não se assenta em direitos adquiridos ou em outra forma jurídica qualquer, porém, numa “relação econômica” na qual “a força de trabalho desempenha o papel de mercadoria”, fato esse em si perfeitamente compatível com uma situação de igualdade jurídica e política.

Com tais argumentos, matriz de diversas vertentes de discursos revolucionários ao longo do século XX⁴, Rosa Luxemburg imagina ter debelado a ameaça de desagregação do campo marxista representada pelo revisionismo. Entretanto, Reforma social ou revolução? não pode ser tomado apenas como um libelo genérico em defesa da unidade do marxismo. Em geral, as teses que ela contrapõe ao revisionismo, bastante afinadas com a concepção teórica e a prática política predominantes na social-democracia alemã, também contribuíram para legitimar (em nome de um compromisso com a revolução que, diga-se

⁴O próprio marxismo ocidental retoma essa distinção entre controle político e poder econômico (para ressaltar, todavia, o fetichismo da mercadoria) em sua crítica do Estado do **bem-estar** social. Para um exemplo disso confira, por exemplo: (COLLETTI, 1975, p. 114-159).

de passagem, o SPD no decorrer do tempo manteve apenas no papel) a linha programática implementada pela direção partidária e teorizada por Kautsky⁵.

Embora os ensinamentos da história pareçam suficientes para elucidar o nexos entre reforma social e revolução, desmontando a exigência bernsteiniana de uma escolha dicotômica entre esses encaminhamentos, permanece ainda em aberto a seguinte questão: a eficácia da tática do SPD, centrada na luta por direitos (políticos, trabalhistas e mesmo de associação econômica), não justificaria, como quer Bernstein, um programa de reformas positivas que eleve ao primeiro plano as tarefas imediatas até então relegadas à condição de simples meios para se atingir o objetivo final, noutras palavras, o trabalho de organização e esclarecimento da classe operária não deveria estar orientado por uma ênfase nas reformas?

Nesse caso, a consulta aos modelos do passado já não basta, pois a proposta de Bernstein de reformulação da doutrina política da social-democracia apresenta-se como uma correção de rumos determinada pela modificação do padrão de desenvolvimento do capitalismo. Tampouco vale o argumento, meramente retórico, mas reiterado em quase todos os artigos, segundo o qual os revisionistas decidem entre uma ou outra tática levando em conta apenas critérios subjetivos tais como a comparação entre vantagens e inconvenientes de cada forma de luta.

Rosa Luxemburg não ignora isso. Muito pelo contrário, logo no início do livro adverte que:

[...] o essencial dos argumentos de Bernstein não se encontra, em nosso entendimento, em seus pontos de vista sobre as tarefas práticas da social-democracia, mas sim naquilo que ele diz sobre o curso do desenvolvimento objetivo da sociedade capitalista, com a qual esses pontos de vista estão estreitamente associados (LUXEMBURG, 2011c, p. 6).

Bem pesada, essa afirmação traduz mais que uma informação acerca dos pressupostos da teoria econômica e política do socialismo reformista. Pode ser vista também como um anúncio do terreno em que Rosa levará adiante a discussão com Bernstein.

O outro ponto forte de Reforma social ou revolução? consiste, portanto, na interpretação do curso do mundo contemporâneo que Rosa Luxemburg se viu impelida a esboçar no momento em que aceitou o jogo e as armas propostas por Bernstein. Consoante com as regras do gênero “polêmica”, ela não se preocupa muito em estabelecer uma descrição positiva e detalhada do

⁵Em várias ocasiões Rosa Luxemburg assume explicitamente a missão de advogada do partido, como na seguinte passagem do Prefácio: “[...] a luta prática cotidiana por reformas sociais, pela melhoria da condição do povo trabalhador dentro da ordem social existente, em favor das instituições democráticas, constitui, pelo contrário, o único caminho capaz de guiar a luta de classe proletária e de trabalhar rumo ao objetivo final, à conquista do poder político e à supressão do assalariamento. Para a **social-democracia**, há um nexos indissolúvel entre a reforma social e a revolução social, sendo a luta pelas reformas um *meio* e a revolução social o *fim*” (LUXEMBURG, 2011c, p. 1-2).

capitalismo, mas antes em refutar as conclusões que o revisionismo infere da atuação de novos fatores políticos e econômicos; o que não deixa, evidentemente, de projetar, mesmo que na contraluz, uma compreensão abrangente e coerente da sociedade burguesa.

Seu primeiro alvo é a hipótese de uma estabilização do capitalismo, defendida pelos revisionistas como consequência de uma ampliação de tal monta da sua “capacidade de adaptação e mobilidade” a ponto de tornar pouco plausível a expectativa de catástrofes econômicas ou políticas. Para tanto, Rosa Luxemburg examina, um a um, o funcionamento efetivo das novidades, às quais Bernstein atribui a responsabilidade pelo aumento do potencial de autorregulação da economia burguesa: a generalização de um sistema de crédito, a utilização de novos e ágeis meios de comunicação, a organização de cartéis e trustes empresariais. De modo geral, destaca que esses elementos devem ser compreendidos, sobretudo, como fatores de incremento e expansão do parque produtivo. Assim, em lugar de suprimir ou atenuar a anarquia inerente ao sistema de produção de mercadorias acabam contribuindo para a gestação de outras crises⁶.

Em seguida, Rosa Luxemburg contesta a capacidade efetiva de transformação social daqueles meios cuja mobilização Bernstein julga suficiente para desencadear, a partir de dentro do sistema atual, um processo de transição progressiva para o socialismo: os sindicatos, as cooperativas de consumo, as reformas sociais e a batalha política pela democratização. Esforça-se em demonstrar que tanto os sindicatos quanto as cooperativas, tidos pelo reformismo como pontos de apoio decisivos para a superação gradual do capitalismo, não têm como interferir de forma profunda nos mecanismos da economia. Segundo ela, (a) a esfera de ação dos sindicatos, restrita a uma política meramente defensiva, não consegue ir muito além de um programa de lutas por aumento dos salários e pela redução da jornada de trabalho; (b) as cooperativas de consumo apontam mais para um retorno ao pré-capitalismo do que propriamente para uma tentativa de implementação do socialismo por meio de uma extensão progressiva do controle social ou da aplicação do princípio associativo⁷.

Quanto à reforma social, além dos argumentos já citados acerca da sua dificuldade para transpor os marcos, do modo de produção vigente, Rosa Luxemburg não consegue entrever, ao contrário de Bernstein, nenhum teor socializante na então incipiente legislação trabalhista alemã, antes desconfia de que se trata apenas de mais uma forma de controle social implementada pela classe dominante.

⁶Rosa Luxemburg explica as crises cíclicas do capitalismo como um choque periódico entre as forças contraditórias que integram na economia, um processo geralmente desencadeado pela extensão brusca dos investimentos e da produção (LUXEMBURG, 2011c, p. 11-23).

⁷Rosa Luxemburg atribui, de um ponto de vista metodológico, os equívocos de Bernstein acerca do funcionamento a economia moderna a uma tentativa de generalização teórica do ponto de vista do capitalista isolado, produto de uma recaída na concepção econômica burguesa (LUXEMBURG, 2011c, p. 37-46).

Tampouco admite a viabilidade de uma gradual atenuação da supremacia burguesa pela subordinação do Estado à sociedade, pressuposto de qualquer tentativa de conquista pacífica e legal do poder. Além de insistir no caráter de classe do Estado, ABC da cartilha social-democrata, Rosa Luxemburg não compartilha a confiança dos reformistas numa evolução democrática da sociedade contemporânea. Reforma social ou revolução? dissocia capitalismo e democracia em dois movimentos interdependentes: (a) à luz do passado, ressalta que a vigência da democracia (em contraposição à concepção de Bernstein que a toma como uma lei fundamental do desenvolvimento histórico) corresponde a um período bastante curto da história política desse modo de produção; (b) na interpretação do presente, avista nuvens negras no horizonte, antevendo na retomada da política colonial pelas potências europeias não só o fortalecimento do militarismo, mas também a iminência de uma guerra. Tudo isso não significa, evidentemente, que Rosa Luxemburg considere a democracia dispensável para o movimento operário. Se, por um lado, doravante, a democracia passa a depender exclusivamente do proletariado (seu último baluarte no mundo atual), por outro lado, torna-se também imprescindível na construção de uma sociedade socialista⁸.

De modo geral, parece claro que nesses artigos (afora por um ou outro rasgo de lucidez profética, nunca fruto do acaso, mas da coerência revolucionária que manteve até o último de seus dias) Rosa Luxemburg pouco destoa da ortodoxia do partido social-democrata alemão. Independentemente da descrição pontual do modo como os novos fatores destacados por Bernstein interagem e interferem no todo da economia, sua interpretação global do capitalismo contemporâneo se encontra particularmente determinada pela tentativa – levada a cabo de forma conclusiva já no primeiro artigo – de restabelecer a hipótese (e assim a expectativa) de um colapso necessário do capitalismo. Por mais interessantes, pertinentes e originais que sejam os argumentos que aduz em favor dessa premissa, sua análise parcial subordina-se a uma teoria sistêmica, previamente dada, à qual não falta sequer o invólucro tradicional, ou seja, uma filosofia da história que figure a transformação socialista como um processo quase inevitável⁹.

Além disso, sua visão das relações entre a teoria socialista e a prática cotidiana do partido também segue de perto o catecismo kautskyano. Ao mesmo tempo em que defende, por exemplo, a luta sindical e parlamentar como a tática mais apropriada para “socializar o conhecimento,

⁸“Se a democracia se tornou parcialmente supérflua e em parte um obstáculo para a burguesia, inversamente, para a classe trabalhadora, ela é necessária e indispensável. Primeiro, ela é necessária, pois cria formas políticas (auto-organização, direito de voto e similares) que servirão como pontos de partida e de apoio ao proletariado durante sua remodelagem da sociedade burguesa. Segundo, é indispensável, pois apenas nela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, é que o proletariado pode chegar à consciência de seus interesses de classe e de suas tarefas históricas”. (LUXEMBURG, 2011c, p. 73).

⁹Rosa Luxemburg reafirma essa concepção em várias passagens. Numa delas, por exemplo, afirma que os revisionistas procuram negar que “a metamorfose socialista pode advir como consequência das contradições objetivas da ordem capitalista, que com seu crescimento desenvolverá suas contradições internas e, inevitavelmente, em algum momento terá como resultado o seu colapso” (LUXEMBURG, 2011c, p. 11); (GARCIA, 1991, p. 65-66).

isto é, a consciência do proletariado, organizando-o enquanto classe”, insiste na imantação do combate em prol de reformas por um objetivo final sem o qual esse movimento perderia o sentido e a inclinação proletária. Com isso, entretanto, não visa tanto explicar a importância da adesão ao marxismo como uma etapa necessária na preparação das massas para a conquista do poder, mas, sobretudo, justificar (contestando as acusações levantadas por Bernstein acerca de uma defasagem entre a teoria e a prática nos partidos da Segunda Internacional) a forma como a social-democracia alemã incorporou o “socialismo científico”.

Em 1906, Rosa afasta-se radicalmente de Kautsky e de sua ortodoxia ao publicar *Greve de massas, partido e sindicatos*, redigido no âmbito das discussões acerca do significado da Revolução Russa de 1905. Esse livro estabelece um novo programa de ação revolucionária, determinando uma inflexão definitiva na teoria e na prática política luxemburgista. Ele delinea, de certo modo, os princípios da estratégia que Rosa seguirá até o trágico desenlace da revolução alemã no inverno de 1918.

Greve de massas, partido e sindicatos diferencia-se de Reforma social ou revolução? não só pela preocupação em especificar formulações genéricas e abstratas ali espalhadas um tanto quanto desordenadamente (como, por exemplo, a sugestão, na impossibilidade de superar a dominação econômica capitalista por meio de reformas sociais e democráticas, de não prescindir da luta constante e massiva)¹⁰, mas principalmente por uma mudança em relação a alguns dos pontos definidores da sua posição durante a controvérsia do revisionismo. Dentre estes, talvez o mais decisivo seja sua reavaliação da trajetória política do SPD. Desencantada com as diretrizes ditadas pelas cúpulas partidária e sindical, Rosa tende a concordar (embora para extrair a consequência oposta) com a afirmação de Bernstein de que, mantidas as coisas como estão, a social-democracia encaminha-se para se transformar gradualmente num partido exclusivamente eleitoral e parlamentar.

A decepção com a eficácia da tática histórica do socialismo alemão desperta em Rosa uma profunda desconfiança em relação a propostas de direcionamento político que concedem primazia a um programa de reformas. Afastando-se cada vez mais da ortodoxia, repensando a relação entre a teoria e a prática em função da ação revolucionária, Rosa desenvolveu, junto com o seu programa de ação, uma nova compreensão do marxismo que se configurou, para muitos, como a forma mais apta (na era de revoluções aberta pelo 1905 russo) de levar adiante essa tradição¹¹.

¹⁰(LUXEMBURG, 2011c, p. 74-77).

¹¹Lukács, por exemplo, em um prefácio de 1921 a uma edição húngara de *Greve de massas, partido e sindicatos*, classifica Rosa Luxemburg como “a maior entre os maiores”, entre outros motivos, porque foi a primeira a “descobrir a única arma eficaz contra os perigos do imperialismo: os movimentos de massa revolucionários” (LUKÁCS, 1998, p. 321).

Greve de massas, partido e sindicatos e, de certo modo, a maior parte de sua obra posterior mantêm intocada a dualidade inerente à concepção histórica que orienta a crítica de Rosa Luxemburg ao revisionismo, isto é, o descompasso entre o exame, quase diria científico, do passado ou do presente e sua crença numa filosofia da história determinista. Assim, ao mesmo tempo em que destaca novamente, contra Bernstein, que não cabe fazer qualquer consideração sobre a greve de massas (como em geral acerca das condições do combate proletário) em chave abstrata ou anti-histórica, Rosa também não deixa de repetir que o futuro das greves de massas na Alemanha encontra-se nas mãos da história¹². A projeção de um amanhã que se desenrolará inevitavelmente desempenha aqui, entretanto, um papel secundário, ao contrário da importância que adquiriu em Reforma social ou revolução? O que prevalece ao longo do livro é uma análise viva, precisa e detalhada da greve de massas como fenômeno histórico.

Rosa Luxemburg ressalta, de início, que uma observação cuidadosa da origem e do andamento da insurreição russa não permite “falar nem de plano preestabelecido, nem de ação organizada”. Dessa simples inferência, à primeira vista banal, ela extrai, no entanto, as três principais conclusões da sua interpretação.

A primeira, a greve de massas não é um “meio engenhoso” inventado para reforçar ou auxiliar a luta diária dos trabalhadores, consiste na própria forma de manifestação do proletariado no decorrer da revolução. Desse modo, ela modifica completamente a versão corrente acerca da função desse método de combate, pois deixa claro que, em suas palavras, “não é a greve de massas que produz a revolução, mas a revolução é que produz a greve de massas” (LUXEMBURG, 2011b, p. 305-306).

A segunda, o caráter “espontâneo” da sublevação inverte a equação montada pela ortodoxia da social-democracia alemã (pilastra central da sua estratégia histórica): não são a “educação política, a consciência de classe e a organização” que tornam o proletariado revolucionário, mas é a ação revolucionária que educa, conscientiza e organiza a classe operária.

A terceira, a espontaneidade das massas proletárias – aparentemente desordenada e caótica, já que num vai-e-vem constante ora se aglutina em torno de uma reivindicação política ora se dispersa em inumeráveis greves econômicas – atesta, no entanto, uma permanente união e interação, mesmo que subterrânea, entre a luta econômica e a luta política.

¹²Diz ela: “Quanto ao emprego prático da greve de massas na Alemanha, a história é quem decidirá, como decidiu na Rússia; a história, na qual a **social-democracia** com suas resoluções é, de fato, um fator importante, mas apenas um fator entre muitos” (LUXEMBURG, 2011b, p. 273). Não deixa de ser interessante notar que aqui Rosa admite, talvez pela primeira vez, a possibilidade de uma bifurcação: separar a trajetória do partido dos rumos da história.

Tais consequências, genéricas o suficiente para compor um modelo global para a ação da classe operária, ressaltam, deliberadamente, apenas a originalidade da revolução proletária¹³, deixando na sombra a especificidade da insurreição russa. Rosa Luxemburg, porém, não tem como (e nem pretende) fugir ao debate, onipresente na época, acerca das singularidades do Oriente insurgente. Em sua opinião, os eventos de 1905 só conservariam uma “semelhança formal de objetivos” com as revoluções burguesas da Europa Ocidental. A atual sublevação, desencadeada depois de completado todo um ciclo de desenvolvimento capitalista, representaria uma modificação decisiva: nela, a ação das massas não se subordina mais, como outrora, aos interesses da burguesia, mas obedece ao comando de “[...] um proletariado moderno, com consciência de classe e num contexto internacional que se encontra sob o signo da decadência da democracia burguesa” (LUXEMBURG, 2011b, p. 324). Para esse proletariado (ao mesmo tempo em luta contra o absolutismo e a exploração capitalista), o confronto entre sociedade burguesa e antigo regime não consegue mais eclipsar o fato de que também há um conflito, cada vez menos secundário, entre a classe operária e a burguesia. Desse modo, a tática de greves de massas (bem como o conjunto das reflexões acerca da Revolução de 1905) “[...] prova ser não um produto especificamente russo, originado do absolutismo, mas uma forma geral da luta de classes proletária, que se origina do estágio atual do desenvolvimento capitalista e das relações de classe” (LUXEMBURG, 2011b, p. 326).

A tendência de Rosa em destacar os princípios gerais, minimizando a especificidade da Revolução de 1905, explica-se como um desdobramento lógico de sua aposta num futuro prenhe de insurreições operárias (profecia que, diga-se de passagem, revelou-se acertada), traduzida no prognóstico: “a revolução russa não é menos herdeira das velhas revoluções do que precursora de uma nova série de revoluções proletárias”. Mas também não deixa de estar orientada pelo propósito de avalizar a possibilidade de uma transposição sem escalas do método russo para a realidade da Alemanha, premissa decisiva do novo programa revolucionário que formula para o proletariado alemão.

A corrente majoritária na social-democracia, muito bem representada por Karl Kautsky, aceitava, no máximo, enquanto sintoma do impacto da revolução russa no Ocidente, a tese da transmissão de um “impulso” a partir do Oriente, nunca a hipótese de um transplante integral das táticas ali desenvolvidas. Afinal, as condições de luta, a evolução histórica e a experiência política do proletariado alemão, segundo eles, diferiam bastante do seu congêneres russo.

¹³Em *A revolução russa*, redigida depois de outubro de 1917, já não se enfatiza tanto a especificidade da revolução proletária. Lá, preocupada em determinar o curso geral desse processo, Rosa Luxemburg destaca antes a “correspondência” que aproxima o andamento da Revolução Russa do “esquema evolutivo das grandes revoluções inglesa e francesa” (LUXEMBURG, 2011a, p. 179).

Rosa Luxemburg contrapõe-se frontalmente a esse veredicto, seja procurando desmentir que a vanguarda operária russa, os trabalhadores da grande indústria nos centros urbanos desenvolvidos, tivessem um nível de vida (ou mesmo salários) inferiores às categorias correspondentes na Alemanha, seja enfatizando a miséria de enormes parcelas do proletariado alemão (mineiros, operários têxteis, trabalhadores agrícolas, empregados do Estado como ferroviários e funcionários dos correios, etc) que continuavam “vivendo numa obscuridade que a benfeitoria sindical mal aqueceu”. Além disso, muitas das conquistas da classe operária russa, obtidas no decorrer da insurreição, como a jornada de oito horas diárias, ainda eram para os alemães “um belo e longínquo ideal”. Isso posto, Rosa espera que o operariado da Alemanha avance (ultrapassando a mera solidariedade internacional para com o proletariado russo) até o ponto de apreender a revolução russa como “seu próprio problema”, ou seja, “como um capítulo da sua própria história política e social” (LUXEMBURG, 2011b, p. 327).

É, portanto, dentro de um cenário preenchido pela expectativa de que o “impulso revolucionário” do Oriente possa também desencadear eventos similares no Ocidente que Rosa se propõe a aplicar e a adequar as conclusões de suas reflexões sobre os acontecimentos de 1905 à Alemanha. Cabe-se generalizar sua (primeira) conclusão de que a greve de massas é mais que um mero meio de reforçar o combate da classe operária, já que consiste na própria forma de manifestação do proletariado no decorrer da revolução, fica evidente, então, que o modelo insurrecional sob o qual se pensara até então a passagem ao socialismo caducara.

O advento e a supremacia do método de greves de massas durante a revolução russa teria gerado implicações distintas, e menos óbvias, que o dilema de incorporar ou não esse procedimento ao estoque de recursos da luta socialista, como fazia crer sua recepção pela social-democracia alemã. Apontava particularmente para a superação do padrão instaurado pelo ciclo das revoluções burguesas: “A incipiente forma de luta das revoluções burguesas, o combate nas barricadas, o confronto direto com os poderes armados do Estado, é, na revolução atual, apenas um evento externo, apenas um momento de todo o processo da luta proletária de massas” (LUXEMBURG, 2011b, p. 325-326).

Por sua vez, a (segunda) conclusão de que não é a “educação política, a consciência de classe e a organização” que tornam o proletariado revolucionário, mas é a ação revolucionária que educa, conscientiza e organiza a classe operária, desmonta o principal axioma da estratégia histórica da social-democracia alemã. Afinal, se é verdade que “as revoluções não se aprendem na escola”, a premissa de que “antes de executar uma ação direta de massas os operários devem estar organizados na sua totalidade” está completamente equivocada. Seguindo esse raciocínio, Rosa Luxemburg não apenas sugere que se altere a tática socialista,

substituindo a primazia da atuação eleitoral e parlamentar pelas diversas formas de ação extraparlamentar, mas também estabelece uma nova maneira de desenvolver a proposta de Engels de uma “revolução da maioria”.

A recomendação de uma organização prévia da classe operária sempre se assentou (seja em Bernstein, em Kautsky ou mesmo na primeira Rosa) no pressuposto, até então indiscutido, de que se tratava da melhor forma de levar adiante o trabalho em longo prazo e o combate prolongado por posições, inerentes às exigências dos novos tempos. Entretanto, de acordo com a interpretação de Greve de massas, partido e sindicatos, os acontecimentos de 1905 teriam ensinado duas coisas bem diferentes. Para quem visa de fato a superação do capitalismo, o modo mais conveniente de conduzir uma luta demorada e persistente é a própria ação revolucionária. Além disso, a fórmula de Engels deve ser tomada ao pé da letra, isto é, qualquer esforço que procure prescindir da contribuição das massas desorganizadas corre o risco de tornar-se inócuo¹⁴.

Com isso, Rosa não descarta a necessidade da organização, apenas inverte seu nexo tradicional com o combate político: “o entendimento rígido, mecânico-burocrático, só admite a luta como produto da organização que atinja certa força. O desenvolvimento dialético vivo leva, ao contrário, à organização como produto da luta” (LUXEMBURG, 2011b, p. 318). A nova estratégia que ela propaga não deixa, porém, de deslocar, pelo menos em parte, o fulcro das “minorias organizadas” para as frequentemente subvalorizadas “camadas mais extensas das massas proletárias desorganizadas, revolucionárias por simpatia [com o socialismo] e pela sua condição”. De agora em diante, o êxito das manifestações de massa (e, portanto, da própria “revolução da maioria”) estaria condicionado à capacidade do proletariado para arrastar essas camadas, ou seja, passa a depender, cada vez mais, da possibilidade de transformar as sublevações operárias em autênticos “movimentos populares”.

A adequação dessa proposta de redefinição da fórmula “revolução de maioria” à realidade alemã parece bem clara. O apelo às massas desorganizadas, por exemplo, aparece como uma saída óbvia para um partido cujo potencial de crescimento encontrava-se estrangulado pela lentidão no incremento do número de trabalhadores da indústria (motivo maior da impaciência

¹⁴Em **Problemas do socialismo** (BERNSTEIN, 1982, p. 10-18), comentando uma obra de Hobson, Bernstein já havia alertado para a recente implantação de indústrias voltadas para a produção em grande escala, base econômica de uma sociedade de massas em formação. Mas, durante a Segunda Internacional, apenas Rosa Luxemburg parece ter levado em conta em seu projeto político esse novo fator (diga-se de passagem, numa chave um tanto quanto otimista). Em outro registro, cabe ainda notar que ela parece ter sido também a única a perceber que cada camada do proletariado alemão reproduzia o estágio de desenvolvimento de outro país (e, por conseguinte, de outro proletariado), destacando assim, a posição intermediária da Alemanha, a meio caminho entre a Inglaterra e a Rússia.

demonstrada por Kautsky em *O caminho do poder*)¹⁵. Na opinião de Rosa Luxemburg, a social-democracia patinava porque numa situação normal (isto é, num cenário marcado pela ausência de “violentas lutas de classe”), como se podia comprovar pelo exemplo da Inglaterra, no qual, mesmo com “[...] todo um século de trabalho sindical infatigável, sem quaisquer ‘interrupções’ – a não ser no início do período do movimento cartista –, sem quaisquer desvios ou atrativos ‘revolucionários românticos’ não conseguiu chegar mais longe do que organizar uma *minoría* dentre as camadas mais bem-situadas do proletariado” (LUXEMBURG, 2011b, p. 318). Mas também porque o SPD teria investido exclusivamente em métodos de educação do proletariado inoperantes e pouco eficazes:

No trabalhador alemão esclarecido a consciência de classe plantada pela social-democracia é *teórica, latente*: no período de dominação do parlamentarismo burguês, ela geralmente não pode atuar como ação de massas direta; aqui é a soma ideal das quatrocentas ações paralelas das zonas eleitorais durante a luta eleitoral, das numerosas e parciais lutas econômicas, e similares. Na revolução, onde a massa propriamente dita aparece na praça política, a consciência de classe se torna *prática, ativa*. Por isso, um ano de revolução forneceu ao proletariado russo aquela ‘instrução’ que trinta anos de luta sindical e parlamentar não puderam dar artificialmente ao proletariado alemão (LUXEMBURG, 2011b, p. 321-322).

Entretanto, o ponto onde fica mais evidente o propósito de Rosa Luxemburg de extrair lições da revolução russa compatíveis com a situação da Alemanha é no aproveitamento que ela faz da sua (terceira) conclusão de que a aparente dispersão da ação proletária ocultaria uma união e uma interação mais profundas entre a luta econômica e a luta política.

À luz das greves de massas de 1905, o conflito entre as duas principais organizações do movimento operário alemão, o partido e os sindicatos, aparece então como um “produto artificial, embora historicamente explicável, do período parlamentar”. Assim, a autonomia adquirida por cada uma dessas formas de ação (ou mesmo a distinção teórica segundo a qual o combate sindical abarca os interesses imediatos e o combate levado adiante pelo partido os interesses futuros) decorreria, em grande medida, da burocratização e da especialização (matriz de uma casta de dirigentes sindicais permanentes) inerentes a um período – segundo sua opinião, já concluído – de prosperidade econômica e apatia política.

¹⁵A ala direita do partido também clamava, na época, pela incorporação de novos setores, prováveis aliados na luta contra a burguesia. Buscavam, entretanto (diferentemente de Rosa), apenas uma forma para viabilizar a estratégia eleitoral. Já para a ortodoxia a possibilidade de transformar o SPD em uma espécie de “partido popular” não era bem vista. Temia-se que, assim, a social-democracia perdesse sua identificação com a classe operária ou então que isso dificultasse a manutenção da autonomia e da independência do movimento operário, premissa indispensável (segundo Kautsky) de sua postura antagônica diante do mundo burguês.

De modo geral, ao ressaltar o vínculo indissolúvel entre a ação sindical e as reivindicações políticas, Rosa Luxemburg procura especificar (visando corrigir a dialética entre esses procedimentos exposta por ela mesma nos artigos contra Bernstein), para um contexto distinto, as novas modalidades de articulação entre reforma e revolução, pensadas originalmente numa situação de calmia. Levando em conta a tendência (latente na prática política do SPD, explícita na teorização de Kautsky) a conceber a execução do programa de reformas como a própria tarefa revolucionária, acentua o pólo oposto, condicionando a obtenção de reformas sociais ou democráticas a uma intensificação da ação revolucionária.

Diante da ameaça de divisão do campo socialista alemão, configurada pelo confronto entre partido e sindicatos, esse programa genérico singulariza-se ainda mais. Tendo em vista que, na sua interpretação, a oposição entre partido e sindicatos derivava apenas da animosidade dos funcionários da cúpula sindical (guardiões de seus próprios interesses)¹⁶, Rosa propõe que a unidade da social-democracia seja preservada, doravante, “pela base”:

Nada seria mais contrário ou desesperançoso do que querer construir a unidade almejada por intermédio de negociações esporádicas ou periódicas, acerca de questões individuais do movimento operário, entre a liderança partidária social-democrata e central sindical. Justamente as instâncias superiores das duas formas do movimento operário encarnam sua separação e autonomização em si, e são pois – isso se refere nomeadamente à direção sindical – portadores e pilares da ilusão da “igualdade de direitos” e da coexistência paralela da social-democracia e dos sindicatos. Querer construir a unidade de ambas pela ligação da direção partidária e pela comissão geral dos sindicatos seria querer edificar uma ponte justamente onde a distância é maior e a passagem mais difícil. [...] Não é no alto, no cume das lideranças das organizações e da sua associação federativa, mas na base, na massa proletária organizada, que se encontra a garantia para a verdadeira unidade do movimento operário (LUXEMBURG, 2011b, p. 347-348).

Com isso, porém, Rosa Luxemburg acaba delineando mais do que uma simples sugestão acerca do modo mais adequado de resolver a controvérsia entre os dois braços da social-democracia. Ao mesmo tempo em que prega desobediência à hierarquia e às diretrizes consagradas do partido e dos sindicatos, ela não deixa de propor também uma nova maneira de compreender o marxismo. A seu ver, a solução geral para os dilemas – e, em especial, para a ameaça de desintegração – do movimento operário alemão seria a adoção, “pela base” de uma

¹⁶Segundo Rosa Luxemburg, “o mesmo movimento sindical que na base, com a **social-democracia**, na ampla massa proletária, está completamente unificado, em cima, na superestrutura administrativa, separa-se bruscamente da **social-democracia**, e se coloca como uma segunda potência independente, em contraste com ela. O movimento operário alemão adquire assim a forma peculiar de uma pirâmide dupla, cuja base e corpo são constituídos da mesma massa, sendo que as duas pontas, porém, encontram-se uma longe da outra” (LUXEMBURG, 2011b, p. 346-347).

ação não reformista. A necessidade de manter a unidade das forças socialistas exigiria, portanto, que o marxismo voltasse a ser determinado, à maneira da sua apresentação inicial levada a cabo pelo próprio Marx no Manifesto do partido comunista, em função de sua interação com a prática revolucionária.

A pertinência dessa política, ao longo das duas décadas seguintes, levou muitos militantes – rejeitando a versão corrente que o definia enquanto “socialismo científico” –, a tentarem reconstruir o marxismo novamente como uma “teoria da revolução”.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BADIA, Gilbert. Social-democracia e imperialismo. In: LOUREIRO, Isabel; VIGEVANI, Tullo (Org.). **Rosa Luxemburg: a recusa da alienação**. São Paulo: Unesp, 1991. p. 53-60.

BERNSTEIN, Eduard. Problemas do socialismo. In: **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1982.

COLLETTI, Lucio. **Ideologia y sociedad**. Barcelona: Fontanella, 1975.

GARCIA, Marco Aurélio. A questão da revolução e Rosa Luxemburg. In: LOUREIRO, Isabel; VIGEVANI, Tullo (Org.). **Rosa Luxemburg: a recusa da alienação**. São Paulo: Unesp, 1991. p. 61-68.

KAUTSKY, Karl. **Bernstein und das sozialdemokratische Programm: Eine Antikritik**. New York: Nabu Press, 2010.

KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. São Paulo: Hucitec, 1979.

LUKÁCS, Georg. Prefácio a Greve de massas, partido e sindicatos. In: LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 320-326.

LUXEMBURG, Rosa. A revolução russa. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Unesp, 2011a. v. II. p. 175-212.

LUXEMBURG, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Unesp, 2011b. v. I. p. 263-349.

LUXEMBURG, Rosa. Reforma social ou revolução? In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Unesp, 2011c. v. I. p. 1-88.